

## Brasil não pode perder o agro para as mudanças climáticas<sup>1</sup>

Bráulio Borges<sup>2</sup>

Eduardo Assad<sup>3</sup>

O agronegócio tem a nossa atenção pela sua elevada importância para a economia brasileira e porque somos um dos maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários no mundo. Os segmentos ligados diretamente à agricultura e à pecuária corresponderam a cerca de 22% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024, ou R\$ 2,6 trilhões. Nessa conta entram, além da agropecuária propriamente dita, os adubos, fertilizantes, máquinas agrícolas, o processamento industrial de alimentos e bebidas e parte dos serviços de transportes associados.

A base de tudo isso, que é o plantio de culturas e a criação de animais, é fortemente impactada pela mudança do clima. São atividades bastante dependentes de serviços ecossistêmicos propiciados por aquilo que, em economia, é denominado de “capital natural” (a atmosfera, os recursos hídricos, a biodiversidade, dentre vários outros). Um dos resultados dos impactos adversos do clima sobre o capital natural é o encarecimento de alimentos, assunto em voga hoje em qualquer canto do país e mesmo no mundo. Assim, sem ajustes adequados nas políticas públicas voltadas a esse setor, a agropecuária corre o risco de perder relevância na economia brasileira.

É importante assinalar que esses impactos desfavoráveis da mudança do clima sobre a produtividade da agropecuária já são uma realidade, e não uma mera conjectura. Em 2023, o **Valor** noticiou que as perdas por eventos climáticos extremos, de 2013 a 2022, chegaram a quase R\$ 300 bilhões, montante equivalente a pouco mais de 70% dos valores disponibilizados pelo Plano Safra 2024/25.

Na mesma linha, estimativas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que os ganhos de produtividade sistêmica do setor (em termos de valor adicionado por hectare), que atingiram impressionantes 4,2% ao ano entre 1994 e 2011, avançaram apenas 1,5% a.a. entre 2012 e 2021 (último dado disponível). A principal explicação está na meteorologia, que mostra um Brasil em estiagem crônica desde 2012, com chuvas muito abaixo das médias históricas.

Estudos da FGV/GV Agro e da Embrapa apontam que a “janela de plantio” já caiu em cerca de 30 dias na maior parte do Brasil. Na região Sul, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, as perdas na safra ocorreram em oito dos últimos dez anos. Somente para este ano de 2025, estima-se, no limite máximo de risco, perdas de até 80% da safra

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/brasil-nao-pode-perder-o-agro-para-as-mudancas-climaticas.ghtml>

Acessado em 28.02.2025

<sup>2</sup> Economista da LCA e pesquisador do Ibre/FGV

<sup>3</sup> Pesquisador da FGV/GV Agro e diretor da Fauna Projetos.

de soja devido à seca e aos extremos de calor, inclusive ondas de calor. Os eventos climáticos extremos já são observados também no Centro-Oeste, produtor da maior parte da safra de soja (47,1%) e milho (60%), para citar duas culturas importantes. A redução de 30 dias do período chuvoso atinge em cheio a produção de milho na segunda safra.

Os primeiros resultados sobre perdas na agricultura publicados pela Embrapa e Unicamp, realizados em 2004, já indicavam a crescente vulnerabilidade da cultura do café. Essas previsões para o café foram confirmadas em recente estudo da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O impacto para o produtor é amenizado, no curto prazo, pelo altíssimo preço da saca de café, resultando em maior rentabilidade. Mas o elevado preço do produto, caso persista, pode desestimular o consumo, reduzindo o tamanho desse mercado mais à frente.

De fato, muitas vezes esses efeitos da mudança do clima e meio ambiente sobre os produtores agropecuários são mascarados, momentaneamente, por outros fatores. Entre 2020 e 2022, por exemplo, os preços internacionais em dólar das commodities agrícolas subiram quase 60%, refletindo as disrupções causadas pela pandemia e pelo início da guerra entre Rússia e Ucrânia. Contudo, desde meados de 2022, eles já recuaram quase 15%.

No caso brasileiro, essa dinâmica ainda é amplificada pelas oscilações da cotação da taxa de câmbio, já que boa parte das commodities agrícolas é cotada em dólar. Houve uma expressiva desvalorização do real desde a pandemia, o que elevou a rentabilidade, em moeda local, de vários produtores brasileiros. Mas isso não tende a se repetir, até mesmo porque as estimativas apontam que a taxa de câmbio brasileira está hoje desvalorizada (a cotação justa seria de cerca de R\$ 4,90 por dólar). Fica evidente, para quem vive o mundo da produção de commodities agrícolas, que a “sorte” explicou boa parte da bonança percebida nos últimos cinco anos.

Nesse contexto, o maior desafio é integrar as previsões climáticas desfavoráveis às projeções de produção agrícola. Vai ocorrer a intensificação de eventos climáticos extremos, com redução da chuva no Cerrado e na Amazônia. A isso soma-se a continuidade da degradação do meio ambiente, com desmatamentos e perda de carbono no solo, entre outros aspectos.

Sob um outro prisma, estamos falando da oferta de alimentos e de importantíssima segurança alimentar. Caso as políticas públicas continuem seguindo apenas essa lógica de “jogo de azar”, apostando que outros fatores sempre irão amenizar os impactos negativos gerados pela mudança do clima, toda a população, brasileira e mundial, será penalizada, uma vez que esse jogo somente se sustenta, do ponto de vista dos produtores, se os preços finais forem cada vez maiores.

É preciso sair dessa armadilha, fazendo com que a evolução da produção agropecuária seja compatível com um aumento da segurança alimentar: alimento em quantidade, qualidade e preços acessíveis. Isso somente será viável caso seja possível manter os expressivos ganhos de produtividade observados no setor até a década passada, algo que demandará ações tanto de mitigação como de adaptação, conferindo a necessária maior resiliência a esse setor.

Boa parte das tecnologias e dos conhecimentos necessários para isso está amplamente disponível. Uma delas é mudar o período de dados registrados para avaliação do risco de onde, o que e quando plantar. Do mesmo modo, é imperativo adotar práticas da agricultura de baixo carbono, bem como a agricultura regenerativa e a incorporação de árvores ao sistema de produção.

Essas mudanças em políticas e práticas colocarão a agropecuária como fator de impulsionamento adicional ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis, além de permitir uma elevação da segurança alimentar - fator que, por sua vez, tende a contribuir para a redução da pobreza extrema e da instabilidade política mundo afora.

